

GOMES, Pinharanda, *A Alma Cristã da Europa*, Ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2011, 227 pp.

O autor é um destacado pensador e investigador da cultura e filosofia portuguesas que em sua já vasta obra nunca deixou de se interrogar e de nos interrogar sobre o sentido de noções axiais como Nação, Pátria ou Portugalidade. Esta intenção reflectida de não abordar os fenómenos culturais, especulativos desenraizados do seu *chão* antropológico, etnológico e sociológico, ao mesmo tempo que eleva estes a dimensões que se abrem à escatologia, ou à espiritualidade em geral, configura agora um novo objecto de estudo: já não Portugal ou a Portugalidade mas a Europa ou o Europeísmo.

A obra é uma colectânea de estudos, anteriormente publicados em revistas de especialidade, e onde se destacam também reflexões sobre Chateaubriand, A Igreja no início do sec.XX, Teixeira de Pascoaes, Fernão Lopes e Pe. António Vieira. No entanto, o estudo intitulado *A alma cristã da Europa* que dá o título ao volume, é o mais extenso e, na minha opinião, o mais profundo e de maior alcance na reflexão contemporânea.

Em nota introdutória dirigida ao leitor, o autor refere-se aos múltiplos fenómenos migratórios, a massificações de hábitos e cultura, que ao longo de muitas décadas têm provocado uma *dissolução como sal na água* da consciência da Pátria. Um facto não só português, mas extensível a quase todas as *pátrias* europeias. Essa dissolução ou enfraquecimento da consciência que pertencemos a uma *pátria*, de língua, hábitos, cultura, sensibilidade e saberes insubstituíveis, terá de ser compensado por uma *patriosofia* (na expressão original de Álvaro Ribeiro), uma "*inadiável procura do saber da Pátria*" (p.10). Essa *patriosofia*, no caso português é ainda ampliado por uma *lusofilia*, onde o amor à memória e tradição de uma comunidade, se une ao sentido de cosmopolitismo, universalidade e um certo sentimento fraterno de pertença a uma língua comum.

Estamos assim numa dimensão supra-política, no que concerne à lógica restrita da política partidária, mas genuinamente cívica e política (*polis*), pois trata-se de, no contexto europeu, não *aceitarmos uma situação passiva de ser pensado* (12). Um princípio extensível a todas as *pátrias europeias*, logo, recusando qualquer unificação homogeneizadora, abstracta fazendo o particular, refém do geral, e concebendo o geral não como harmonia de particulares, mas como imposição totalitária de princípios e tendências económicas, culturais ou étnicas.

A perspectiva de Pinharanda Gomes afirma-se, desde início, na configuração de uma Europa das Nações, encarando como riqueza as singularidades, a diferença de dimensão, e o contributo específico de cada povo.

Ao procurar caracterizar o que essencialmente definiria a Europa encontra quatro valências:

- Em primeiro lugar, a noção de *domus nostra*, um topos, lugar físico onde se situam múltiplas Nações e Pátrias, nem todas origem de equivalentes Estados (veja-se o caso dos Balcãs).
- Em segundo, um conceito mais complexo, uma conjuntura de povos, com suas radicais diferenças (etnias, línguas, culturas, religiões, territórios).
- A terceira, desenvolvida durante as cruzadas, culminando no sec.XVI, cifrando-se no acto português de "fazer cristandade".
- Finalmente, a quarta, mais imediatista e temporalista, nascida no Iluminismo, prolongando-se no Romantismo, com forte inspiração germânica, e que se consubstancia no sonho da unidade europeia, embora quase sempre concebida à custa de um centralismo redutor e autoritário.

Esta será a valência que mais perigos encerra, mesmo na actualidade, ao marginalizar Nações e culturas periféricas.

No entanto, esta Europa concreta e tangível tem a sua *alma*, que lhe define a identidade mais profunda. O autor, citando D.Manuel de Almeida escreve: “*A alma da Europa e a forma como ela, no plano ético e cultural, se tem exteriorizado ao longo dos séculos, fixaram em vasta tela, a imagem do mundo cristão*” (...) “*O ethos da Europa foi portanto, como Europa, o ethos do Cristianismo, sem o qual não saberíamos se Europa seria*” (p.19/20).

O vaso em que repousa essa alma é, indiscutivelmente, a Igreja. Portadora da responsabilidade de evangelizar, a Igreja “*fonte de Críandade, representou na variedade dos povos a única realidade entitativa europeia, na unidade de culto, de língua sagrada e de projeto histórico para as humanidades sitas na Europa*” (p.23).

A alma da Europa embebeu-se em espiritualidades que, surgentes no espaço físico, foram a resposta em cada época às diferentes necessidades de evangelização e de continuidade de identidade da própria Europa. É o caso do monaquismo, particularmente através da fundadora regra de S.Bento, primeiro grande factor de civilização europeu (a nível económico, cultural e espiritual); as Ordens Mendicantes, essenciais na explosão demográfica da Baixa Idade Média, e no surgimento das cidades; as Cruzadas e as Ordens de Cavalaria determinantes na ligação a Oriente do cristianismo e defesa perante a ameaça islâmica; a reconversão destas nos secs. XV e XVI, essenciais no período das descobertas, onde os Portugueses se destacaram descobrindo e cristianizando novos mundos.

Seria neste última etapa que se definiriam os desígnios de uma Nova Europa, fixados por Damião de Gois em carta ao Pontífice Paulo III em 1536: “*não há decerto mais proveitosa missão do que a de conduzir as almas à fé de Cristo pelo nosso esforço, pelo nosso trabalho, e, até, se preciso for, pelo nosso martírio e sofrimentos, instruí-as depois nas regras de obediência e da ordem cristã*”. O Pe. António Vieira, através da intuição messiânica do Quinto Império ampliaria o sentido desta missão. O Quinto Império, que mais não seria que o Império de Cristo, prefigura-se como “*Reino e Império espiritual no fim e causas da sua instituição; espiritual nas leis, espiritual no governo, espiritual no uso, nas execuções e no exercício*”(37/38).

Em capítulo intitulado “*A degradação do espírito*”, Pinharanda Gomes inicia uma crítica a vários factores que a partir da modernidade, desvirtuaram esta sublime missão, retalhando e anestesiando a *alma da Europa*.

Reflectindo sobre a díade *críandade/laicidade*, cavada pela modernidade e extremada pela pós-modernidade, o autor, distingue a *laicidade*, uma condição natural, que o cristianismo não nega, do *laicismo*, enquanto ideologia que nega a dimensão espiritual do homem e da história. Concretizando com a maioria dos Estados europeus contemporâneos, particularmente o francês, insiste que o *laicismo*, promovendo o *indivíduo*, nega a *pessoa*, enveredando por um *secularismo estatal* que é elevado à dignidade de uma nova religião (p.47). Citando José Luís Ramos Pinheiro: Na construção actual da Europa “*não é o Cristianismo que precisa da Constituição Europeia – a Europa, para se entender e ser entendida, é que não pode prescindir do Cristianismo*” (p.47).

Secularismo, ateísmo, e indiferentismo são os principais factores que debilitam a *alma europeia*, estando na base da crise de valores da sociedade contemporânea. O esvaziamento espiritual a que assistimos, parece conduzir o cristianismo europeu, por vezes aludido mas muito pouco vivido, a uma variante de paradoxo que o autor designa como “*um cristianismo sem Deus*” (p.55).

Um dado de carácter sociológico revela-se determinante: vivemos numa sociedade essencialmente “*nómada, sem sítio certo, despojada do vínculo paroquial*” (p.55). E mesmo que existam muitos batizados, a prática sacramental e a vivência comunitária, naturalmente sediada na(s) paróquia(s) define cada vez mais, atravessada por “*uma*

*torrente de anónimos, perdidos dos referenciais de orientação*“(...) integrados num Estado que visa estabelecer o ateísmo, uma “*sociedade livre de Deus*” (p.56).

Perante quadro tão negativo o autor não se resigna a um pessimismo sem esperança: “*Tal como outrora, o desafio chama-se santidade, mediante a qual cada pessoa será protagonista da evangelização*” (p.58).

Todos os cristãos “*Terão de ser Evangelho em carne*”, superando uma vivência da Fé apenas formal e de circunstância.

E a “*comunidade paroquial continuará a ser o alicerce de fundo comunitário*”(p.58), a par da insubstituível *igreja doméstica*: “*A religião é sobretudo uma prática de vida, esta prática achando nas pequenas comunidades, como as paróquias, ou as freguesias, ambiente propício à convivência, à partilha, ao exemplo moral e à correcção fraterna*” (p.58). Acrescentaria ao acolhimento dos deslocados e socialmente desenraizados.

Desta forma se caminharia na senda do apelo profético proferido em 1982, em Santiago de Compostela, por João Paulo II : “*Lança-te velha Europa um grito cheio de amor: volta a encontrar-te. Sê tu mesma. Aviva as tuas raízes.*” (p.63) E este reencontro seria o reencontro da Europa nascida do ideário de S.Bento, com a visão político social de matriz cristã, de Robert Schumann (p.184).

O autor, no quadro do tema geral da obra, revisita oportunamente autores lusos como Pascoaes e não se exime de revelar com estes já teorizavam e preconizavam semelhante articulação entre a Nação que é Portugal, e o grandioso projeto que é a Europa.

Citando Pascoaes: “*Se não existisse uma alma portuguesa, teríamos de evolucionar conforme as almas estranhas, teríamos de nos fundir nessa massa amorfa da Europa*” (...) *Eu não visiono um Portugal isolado, um Portugal no meio do deserto. Eu quero ver a minha Pátria em consonância com as outras Nações, mas revelando a sua presença inconfundível*” (p.187/189).

Estamos perante uma obra notável pela erudição e finura de análise. Se pode ser polémica pela frontalidade com que apresenta as suas posições, não se lhe poderá apontar que não pugne por uma elevação espiritual da existência individual e colectiva, perspectivadas num contexto europeu.

José Acácio Castro